

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	56
---	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes	59
-------------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	62
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	94.018
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>94.018</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2009</b>
1	Ativo Total	563.080	380.697	310.126
1.01	Ativo Circulante	43.655	11.843	32.911
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	36.306	4.972	27.296
1.01.03	Contas a Receber	5.923	5.222	4.089
1.01.03.01	Clientes	5.897	5.222	4.089
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	26	0	0
1.01.03.02.01	Partes Ligadas	26	0	0
1.01.04	Estoques	308	276	366
1.01.06	Tributos a Recuperar	371	610	806
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	371	610	806
1.01.07	Despesas Antecipadas	708	721	332
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	39	42	22
1.01.08.03	Outros	0	42	22
1.02	Ativo Não Circulante	519.425	368.854	277.215
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	133	9	663
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	0	660
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	660
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	133	9	3
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	45	9	3
1.02.01.09.04	Outros Créditos	88	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.940	536	539
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.940	536	539
1.02.04	Intangível	497.382	345.591	250.546
1.02.04.01	Intangíveis	497.382	345.591	250.546
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	497.382	345.591	250.546
1.02.05	Diferido	19.970	22.718	25.467

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2009</b>
2	Passivo Total	563.080	380.697	310.126
2.01	Passivo Circulante	136.969	229.127	27.478
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.233	2.007	1.738
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.233	2.007	1.738
2.01.02	Fornecedores	26.247	12.905	9.587
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.247	12.905	9.587
2.01.02.01.01	Fornecedores	20.818	9.477	6.316
2.01.02.01.02	Caução Contratual	5.429	3.428	3.271
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.017	2.521	1.580
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.712	1.577	952
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.305	944	628
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.655	186.040	2.295
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.655	186.040	2.295
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.655	186.040	2.295
2.01.05	Outras Obrigações	76.096	25.420	12.229
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	25.186	15.678	8.062
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	19.275	10.891	4.327
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.911	4.787	3.735
2.01.05.02	Outros	50.910	9.742	4.167
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.121	575	0
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	646	610	583
2.01.05.02.05	Adiantamento de Seguros	44.942	7.886	3.000
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	201	671	584
2.01.06	Provisões	24.721	234	49
2.01.06.02	Outras Provisões	24.721	234	49
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	23.932	234	49
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovias	789	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	310.082	98.722	241.863
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	227.712	1.235	150.494

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2009</b>
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	227.712	1.235	150.494
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	227.712	1.235	150.494
2.02.02	Outras Obrigações	67.000	67.000	67.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	67.000	67.000	67.000
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	67.000	67.000	67.000
2.02.03	Tributos Diferidos	2.985	253	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.985	253	0
2.02.04	Provisões	12.385	30.234	24.369
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	48	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	12.337	30.234	24.369
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	12.285	7.046	2.063
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	52	23.188	22.306
2.03	Patrimônio Líquido	116.029	52.848	40.785
2.03.01	Capital Social Realizado	97.741	51.001	51.001
2.03.04	Reservas de Lucros	-3.274	1.847	0
2.03.04.01	Reserva Legal	1.199	121	0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	648	1.726	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	-5.121	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	21.562	0	-10.216

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	313.062	216.443	194.473
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-251.984	-170.646	-183.928
3.03	Resultado Bruto	61.078	45.797	10.545
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.238	-10.330	-8.617
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.737	-10.759	-8.852
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-12.874	-10.029	-8.172
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-648	-583	-523
3.04.02.03	Tributárias	-215	-147	-157
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	499	429	235
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	47.840	35.467	1.928
3.06	Resultado Financeiro	-17.735	-18.298	-11.680
3.06.01	Receitas Financeiras	2.494	1.962	2.232
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.229	-20.260	-13.912
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.105	17.169	-9.752
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.543	-4.531	280
3.08.01	Corrente	-5.810	-3.616	0
3.08.02	Diferido	-2.733	-915	280
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.562	12.638	-9.472
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	21.562	12.638	-9.472
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00000	0,20060	-0,15035
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00000	0,20000	0,00000

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	95.892	37.503	7.499
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.829	31.561	25.620
6.01.01.01	Depreciação e amortização	12.459	10.889	5.707
6.01.01.02	Baixa de ativos imobilizados	6.499	736	484
6.01.01.03	IR e CSLL Diferidos	2.731	915	-282
6.01.01.04	Desp. de juros líquidas de receitas	10.618	11.885	12.386
6.01.01.05	Desp. de juros partes relacionadas	7.779	5.763	6.152
6.01.01.06	Resultado financeiro de ajuste a valor presente	743	1.373	1.173
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	33.501	-6.696	-8.649
6.01.02.01	Contas a receber	-701	-1.133	-4.089
6.01.02.02	Estoques	-32	90	13
6.01.02.03	Impostos a recuperar	239	196	-480
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-2.950	-136	-96
6.01.02.05	Outros créditos	-163	-20	-22
6.01.02.06	Fornecedores	-5.660	1.591	-12.872
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	-2.783	-95	2.379
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	1.462	138	1.142
6.01.02.09	Obrigações Sociais	226	269	918
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	6.018	584	-388
6.01.02.12	Outras contas a pagar	52.172	4.998	2.839
6.01.02.13	Provisão para manutenção em rodovias	6.283	3.866	2.007
6.01.02.14	Juros Pagos	-14.635	-17.044	0
6.01.02.15	Pagamento de IR e CS	-5.975	0	0
6.01.03	Outros	21.562	12.638	-9.472
6.01.03.01	Lucro ou prejuízo do período	21.562	12.638	-9.472
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-153.160	-94.250	-139.440
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-1.630	-944	-815
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-151.530	-93.306	-138.625
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	88.602	34.423	154.365

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	46.316	36.173	252.259
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-2.714	-1.750	-100.156
6.03.04	Integralização de capital	45.000	0	17.000
6.03.05	Juros Pagos	0	0	-14.738
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	31.334	-22.324	22.424
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.972	27.296	4.872
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.306	4.972	27.296

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	51.001	121	1.726	0	0	52.848
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	51.001	121	1.726	0	0	52.848
5.04	Transações de Capital com os Sócios	46.740	0	0	0	0	46.740
5.04.01	Aumentos de Capital	46.740	0	0	0	0	46.740
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.562	0	21.562
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.562	0	21.562
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	1.078	15.363	-21.562	0	-5.121
5.06.01	Constituição de Reservas	0	1.078	0	-1.078	0	0
5.06.04	Dividendos propostos	0	0	0	-5.121	0	-5.121
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	15.363	-15.363	0	0
5.07	Saldos Finais	97.741	1.199	17.089	0	0	116.029

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	51.001	0	0	-10.216	0	40.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	51.001	0	0	-10.216	0	40.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.638	0	12.638
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.638	0	12.638
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.847	-2.422	0	-575
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	121	-121	0	0
5.06.04	Dividendos propostos	0	0	0	-575	0	-575
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	1.726	-1.726	0	0
5.07	Saldos Finais	51.001	0	1.847	0	0	52.848

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	34.001	0	0	-744	0	33.257
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	34.001	0	0	-744	0	33.257
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.000	0	0	0	0	17.000
5.04.01	Aumentos de Capital	17.000	0	0	0	0	17.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.472	0	-9.472
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.472	0	-9.472
5.05.02.06	Efeitos da Aplicação de Novas Práticas Contábeis	0	0	0	-546	0	-546
5.05.02.07	Lucro (prejuízo) Líquido Originalmente Apresentado	0	0	0	-8.926	0	-8.926
5.07	Saldos Finais	51.001	0	0	-10.216	0	40.785

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
7.01	Receitas	327.858	227.800	200.556
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	159.133	130.290	75.398
7.01.02	Outras Receitas	168.725	97.510	125.158
7.01.02.01	Receitas dos serviços de construção	168.725	97.510	125.158
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-239.365	-156.971	-175.850
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-51.235	-44.144	-38.117
7.02.04	Outros	-188.130	-112.827	-137.733
7.02.04.01	Custo da Concessão	-12.115	-10.277	-10.562
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-168.725	-97.510	-125.158
7.02.04.03	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-6.285	-4.726	-2.007
7.02.04.04	Outros	-1.005	-314	-6
7.03	Valor Adicionado Bruto	88.493	70.829	24.706
7.04	Retenções	-12.459	-10.889	-5.707
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.459	-10.889	-5.707
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	76.034	59.940	18.999
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.891	7.746	10.688
7.06.02	Receitas Financeiras	2.493	1.962	2.234
7.06.03	Outros	9.398	5.784	8.454
7.06.03.01	Juros Capitalizados	9.398	5.784	8.454
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	87.925	67.686	29.687
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	87.925	67.686	29.687
7.08.01	Pessoal	11.469	10.967	9.078
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.628	8.371	7.103
7.08.01.02	Benefícios	2.133	2.036	1.535
7.08.01.03	F.G.T.S.	708	560	440
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.835	17.768	7.494
7.08.02.01	Federais	17.003	11.509	4.195
7.08.02.03	Municipais	7.832	6.259	3.299
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	18.894	18.591	15.287

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009</b>
7.08.03.01	Juros	10.664	12.024	9.225
7.08.03.02	Aluguéis	556	281	267
7.08.03.03	Outras	7.674	6.286	5.795
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	5.975	3.826	4.622
7.08.03.03.02	Outros	1.068	1.087	0
7.08.03.03.03	Despesas financeiras (AVP)	631	1.373	1.173
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.562	12.638	-9.472
7.08.04.02	Dividendos	5.121	575	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	16.441	12.063	-9.472
7.08.05	Outros	11.165	7.722	7.300
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	7.742	5.764	3.468
7.08.05.02	Juros Capitalizados - Partes Relacionadas	3.423	1.958	3.832

## Relatório da Administração



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A., ou Companhia, submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

#### CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias do grupo OHL Brasil, é a responsável, pela administração de 335 quilômetros do trecho conhecido como Corredor do Mercosul, que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba (BR-116), (km 71,1 ao 115,2) a BR-376 (km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 222), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais, que prevê investimentos de R\$ 3,1 bilhões e a operação das rodovias.

O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Praça de pedágio de São José dos Pinhais – P1	Km 637+600 BR 376	1,40
Praça de pedágio de Garuva – P2	Km 001+350 BR 101	1,20
Praça de pedágio de Araquari – P3	Km 079+400 BR 101	1,20
Praça de pedágio de Porto Belo – P4	Km 159+000 BR 101	1,40
Praça de pedágio de Palhoça – P5	Km 220+950 BR 101	1,40



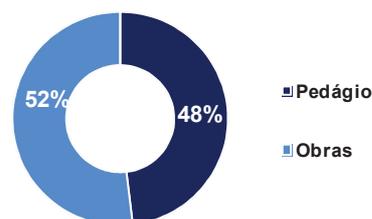
## Relatório da Administração



**Receita Bruta**  
(R\$ milhões)



**Composição da Receita Bruta**  
Ano 2011



A receita de pedágio cresceu 20,4%, passando de R\$ 130,2 milhões em 2010 para R\$ 156,7 milhões em 2011. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento do tráfego pedagiado, e (ii) reajuste 18,61% da tarifa básica praticada em virtude da variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado entre os meses de fevereiro de 2010 e fevereiro de 2011, e do reequilíbrio contratual resultante da inclusão de obras adicionais.

A receita de obras registrou acréscimo de R\$ 71,2 milhões (+73%), passando de R\$ 97,5 milhões em 2010 para R\$ 168,7 milhões em 2011. Esse aumento foi ocasionado pelo maior volume de obras executadas em atendimento ao cronograma previsto em contrato.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 2,5 milhões em 2011.

No ano de 2011, a Companhia obteve receita líquida de R\$ 313,1 milhões, R\$ 96,6 milhões superior ao ano de 2010.

## Relatório da Administração



### Custos e Despesas (excluindo depreciações e amortizações)

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Custo dos serviços de construção	(168,7)	(97,5)	73,0%
Serviços de terceiros	(31,6)	(26,9)	17,5%
Pessoal	(13,1)	(12,4)	5,6%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(6,3)	(4,7)	34,0%
Conservação	(9,0)	(8,5)	5,9%
Verba de fiscalização	(7,7)	(7,2)	6,9%
Seguros e garantias	(2,5)	(1,8)	38,9%
Remuneração da Administração	(0,6)	(0,6)	0,0%
Consumo	(5,9)	(5,2)	13,5%
Outros	(7,4)	(5,3)	39,6%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(252,8)</b>	<b>(170,1)</b>	<b>48,6%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram acréscimo de 48,6% em 2011 em comparação ao exercício de 2010. Essa variação ocorreu principalmente, em função (i) da variação da rubrica “custo dos serviços de construção”, registrada em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado. Também influenciaram esse aumento, os custos e despesas abaixo relacionados:

- aumento de R\$ 4,7 milhões nos custos com serviços de terceiros em função do cumprimento dos parâmetros exigidos contratualmente.
- aumento de R\$ 1,6 milhão em “Provisão para Manutenção em Rodovias” em razão da expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores.

## Relatório da Administração



### EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receita Líquida	313,1	216,4	44,7%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(252,8)	(170,1)	48,6%
<b>EBITDA</b>	<b>60,3</b>	<b>46,3</b>	<b>30,2%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	6,3	4,7	34,0%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>66,6</b>	<b>51,0</b>	<b>30,6%</b>

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2011 em R\$ 66,6 milhões, com um aumento de 30,6% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo crescimento do tráfego pedagiado e pelo reajuste tarifário com reflexo direto na receita da Companhia.

### Resultado Financeiro

R\$ milhões	2011	2010	Var.
Receitas Financeiras	2,5	2,0	25,0%
Despesas Financeiras	(20,2)	(20,3)	-0,5%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(17,7)</b>	<b>(18,3)</b>	<b>-3,3%</b>

## Relatório da Administração



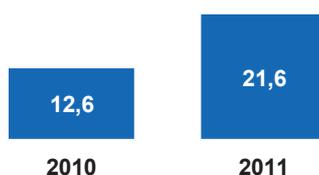
O resultado financeiro líquido de 2011 foi negativo em R\$ 17,7 milhões, 3,3% menor em relação ao ano de 2010. Esse decréscimo resultou do aumento nas receitas financeiras provenientes das aplicações financeiras.

### Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2011 com lucro líquido de R\$ 21,6 milhões, com acréscimo de 71,4% em comparação com o exercício de 2010. Conforme mencionado anteriormente, os principais fatores que contribuíram para esse crescimento foram: (i) o reajuste tarifário contratual e (ii) o aumento no tráfego de veículos pedagiados.

### Lucro Líquido

(R\$ milhões)



### Endividamento

R\$ milhões	31/12/2011	31/12/2010	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>232,4</b>	<b>187,3</b>	<b>24,1%</b>
Curto Prazo	4,7	186,1	-97,5%
Longo Prazo	227,7	1,2	18875,0%
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	36,3	4,9	640,8%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>268,7</b>	<b>192,2</b>	<b>39,8%</b>

Em 31 de dezembro de 2011, o endividamento bruto totalizava R\$ 232,4 milhões, apresentando aumento de R\$ 45,2 milhões (+24,1%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida bruta resulta da liberação de recursos oriundo do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

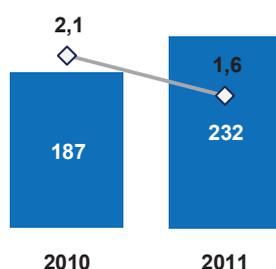
O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2011 em R\$ 196,1

## Relatório da Administração



milhões, apresentando aumento de R\$ 13,9 milhões em relação ao montante de R\$ 182,2 milhões registrado no encerramento do exercício de 2010. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado, ficou em 4,06%.

**Dívida Líquida e Grau de Alavancagem**



### INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$ 153,2 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos, com destaque para a execução dos trabalhos de recuperação do viaduto de acesso ao Distrito Industrial do Campo Largo da Roseira; alargamento e reforço da ponte sobre o Rio Meringuava, Perequê e Itararé; ampliação do posto de fiscalização ANTT (km 151+184) em Itapema/SC, construção do posto de fiscalização da ANTT em Piraquara/PR; execução de passarelas sobre pista dupla; implantação de marginais e recuperação de pavimentos

### RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2010	2011
Empregados Diretos	302	288
Rotatividade	8,27%	7,34%

Em 2011, o quadro de pessoal apresentou redução de 4,6% em função da reestruturação da área de operações da Companhia.

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de homens, 77% de homens contra 23% de mulheres. A média de idade está concentrada em 30 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo

## Relatório da Administração



(antigo Segundo Grau), com 47,9% dos empregados. Destacamos que 21,7% possuem superior completo.

Ao longo de 2011, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 6.234 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 20,72 horas/ano de treinamento por profissional.

### RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A Autopista Litoral Sul estabeleceu como um dos seus compromissos o desenvolvimento de relacionamento com as comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados a educação, saúde, cultura e meio-ambiente. Os principais projetos são:

- programa “Viva Meio Ambiente” - criado em 2009, cuja objetivo é desenvolver uma série de ações para a promoção da consciência ambiental em escolas de municípios próximos às rodovias federais sob concessão da OHL, abrangendo 5.200 alunos e 180 professores e educadores de 11 escolas públicas.
- as campanhas “Viva Motorista” e “Viva Motociclista” atenderam cerca de mil usuários do trecho concedido, que compreende as cidades de Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Curitiba, Tijucas do Sul, Guaratuba, Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça.

### AGRADECIMENTOS

A Autopista Litoral Sul gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

## Relatório da Administração



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

#### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

#### Diretoria

*Luis Manuel Eusébio Iñigo*

Diretor Presidente

*Alessandro Scotoni Levy*

Diretor de Relações com Investidores

*Maria de Castro Michelin*

Diretora Jurídica

*Márcio Augusto Travain*

Diretor Administrativo e Financeiro

*Paulo Mendes Castro*

Diretor Superintendente

#### Conselho de Administração

*José Carlos Ferreira de Oliveira Filho*

Presidente

*Juan Luís Osuna Gómez*

Conselheiro

*Felipe Ezquerria Plasencia*

Conselheiro

## Notas Explicativas

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima domiciliada no município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, Brasil, na Rua Santos Dumont, nº 935, foi constituída em assembléia geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). Suas atividades compreendem exclusivamente a exploração, sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

### 2. CONCESSÃO

A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual a título de verba de fiscalização é de R\$6.424 na data base de concessão. A partir de 31 de dezembro de 2011 até o final do exercício de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$135.975, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.

## Notas Explicativas

- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria “B” pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens,

## Notas Explicativas

cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade estima, na data de 31 de dezembro de 2011, os montantes de R\$ 661.773 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 532.431 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimento foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota explicativa nº 19.2.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### 3.1. Declaração de conformidade

Elaboramos as informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$19.970 relativos a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido.

#### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma.

#### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais

## Notas Explicativas

foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro dos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo:

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

## Notas Explicativas

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: Investimentos que geram potencial de receita adicional, daqueles que não geram.

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional - são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infra-estrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.2.

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

### Provisão para manutenção referente a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

## Notas Explicativas

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

### 4.1. Instrumentos financeiros ativos

#### Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

#### Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

### 4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

### 4.3. Intangível

A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### 4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada período, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de

## Notas Explicativas

mensurar o montante dessa perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

### 4.6. Instrumentos financeiros passivos

#### Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

#### Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

### 4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

## Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

### Impostos correntes e diferidos

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente, para os quais foram registrados impostos diferidos.

#### 4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19.1.

#### 4.9. Reconhecimento de receita

##### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

##### Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

## Notas Explicativas

### 4.10. Ativos e Passivos objetos de Ajuste a Valor Presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontadas através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- b) Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

## Notas Explicativas

Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo Circulante:		
Provisão para manutenção – real	815	-
Provisão para manutenção a valor presente	789	-
Efeito de ajuste a valor presente	26	-
Provisão para investimentos – real	24.809	240
Provisão para investimentos a valor presente	23.932	234
Efeito de ajuste a valor presente	877	6
	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo não Circulante:		
Provisão para manutenção – real	18.086	9.859
Provisão para manutenção a valor presente	12.285	7.046
Efeito de ajuste a valor presente	5.801	2.813
Provisão para investimentos – real	54	24.997
Provisão para investimentos a valor presente	52	23.188
Efeito de ajuste a valor presente	2	1.809

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

#### 4.11. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### 4.12. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações à IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do "IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração".	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "Joint Ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas informações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações financeiras.

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações à IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1 de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2011.

**Notas Explicativas**

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos	2.084	1.516
Aplicações financeiras (*)	<u>34.222</u>	<u>3.456</u>
	<u>36.306</u>	<u>4.972</u>

(\*) Representadas por aplicações de liquidez imediata em fundos de investimentos com, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data de aquisição.

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas acessórias a receber	8	8
Pedágio eletrônico a receber	4.965	4.270
Cupons de pedágio a receber	924	914
Outras	<u>-</u>	<u>30</u>
	<u>5.897</u>	<u>5.222</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Seguros	635	311
Outros	<u>73</u>	<u>410</u>
	<u>708</u>	<u>721</u>

**Notas Explicativas**

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	321	561
Outros impostos a recuperar	<u>50</u>	<u>49</u>
	<u>371</u>	<u>610</u>

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ajustes por mudança de práticas contábeis		
Mudança de critério da amortização de investimentos	(28.028)	(12.328)
Amortização de intangível de obras futuras	1.715	1.081
Provisão para manutenção de rodovias	13.017	6.733
Resultado financeiro de ajuste a valor presente	4.408	3.665
Estorno de capitalização de juros	<u>108</u>	<u>108</u>
	<u>(8.780)</u>	<u>(741)</u>
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Débito constituído – passivo não circulante	<u>(2.986)</u>	<u>(253)</u>

Em 31 de dezembro de 2010 foi realizado o montante de R\$662 de impostos diferidos ativos constituídos em exercícios anteriores.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade de impostos diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável são como seguem:

<u>Exercício a findar em</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
2012	-	(8)
2013	(94)	(8)
2014	(97)	(8)
2015	(101)	(8)
Após 2015	<u>(2.694)</u>	<u>(221)</u>
Total do passivo não circulante	<u>(2.986)</u>	<u>(253)</u>

**Notas Explicativas****10. IMOBILIZADO**

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Móveis Utensílios e Instalações	Equipamento Mobiliário	Prédios e Benfeitorias	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizado em Andamento	Total
<b>Custo do imobilizado bruto</b>							
Saldo em 01/01/2010	114	234	289	136	43	1	817
Adições	37	58	-	150	27	-	272
Transferências	-	59	-	(34)	-	-	25
Alienações/baixas	-	(3)	-	(1)	-	-	(4)
Saldo em 31/12/2010	<u>151</u>	<u>348</u>	<u>289</u>	<u>251</u>	<u>70</u>	<u>1</u>	<u>1.110</u>
Adições	663	440	673	166	-	38	1.980
Alienações/baixas	(12)	(53)	(289)	(8)	-	-	(362)
Saldo em 31/12/2011	<u>802</u>	<u>735</u>	<u>673</u>	<u>409</u>	<u>70</u>	<u>39</u>	<u>2.728</u>
<b>Depreciação acumulada</b>							
Saldo em 01/01/2010	(42)	(91)	(27)	(110)	(8)	-	(278)
Adições	(43)	(104)	(29)	(111)	(9)	-	(296)
Saldo em 31/12/2010	<u>(85)</u>	<u>(195)</u>	<u>(56)</u>	<u>(221)</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>(574)</u>
Adições	(77)	(80)	(31)	(101)	(14)	-	(303)
Alienações/baixas	3	11	70	5	-	-	89
Saldo em 31/12/2011	<u>(159)</u>	<u>(264)</u>	<u>(17)</u>	<u>(317)</u>	<u>(31)</u>	<u>-</u>	<u>(788)</u>
<b>Imobilizado Líquido</b>							
Saldo em 31/12/2010	<u>66</u>	<u>153</u>	<u>233</u>	<u>30</u>	<u>53</u>	<u>1</u>	<u>536</u>
Saldo em 31/12/2011	<u>643</u>	<u>471</u>	<u>656</u>	<u>92</u>	<u>39</u>	<u>39</u>	<u>1.940</u>
Taxas de depreciação - %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>		

**Notas Explicativas****11. INTANGÍVEL**

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Licenças de software	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
<b>Custo do intangível bruto</b>					
Saldo em 01/01/2010	224.687	2.692	26.675	50	254.104
Adições	41.640	175	61.820	(7)	103.628
Transferências	2.434	-	(2.459)	-	(25)
Alienações/baixas	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>(751)</u>	<u>-</u>	<u>(792)</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>268.720</u>	<u>2.867</u>	<u>85.285</u>	<u>43</u>	<u>356.915</u>
Adições	80.396	43	86.981	5	167.425
Transferências	23.914	-	(23.914)	-	-
Alienações/baixas	<u>(147)</u>	<u>-</u>	<u>(5.990)</u>	<u>-</u>	<u>(6.137)</u>
Saldo em 31/12/2011	<u>372.883</u>	<u>2.910</u>	<u>142.362</u>	<u>48</u>	<u>518.203</u>
<b>Amortização acumulada</b>					
Saldo em 01/01/2010	(3.214)	(344)	-	-	(3.558)
Amortização	<u>(7.271)</u>	<u>(495)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.766)</u>
Saldo em 31/12/2010	<u>(10.485)</u>	<u>(839)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.324)</u>
Amortização	<u>(9.039)</u>	<u>(458)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.497)</u>
Saldo em 31/12/2011	<u>(19.524)</u>	<u>(1.297)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(20.821)</u>
<b>Intangível líquido</b>					
Saldo em 31/12/2010	<u>258.235</u>	<u>2.028</u>	<u>85.285</u>	<u>43</u>	<u>345.591</u>
Saldo em 31/12/2011	<u>353.359</u>	<u>1.613</u>	<u>142.362</u>	<u>48</u>	<u>497.382</u>

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Amortização em cinco anos.

**Notas Explicativas**

## 12. DIFERIDO

Estão representados por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	<u>746</u>	<u>746</u>
	27.451	27.451
Amortização acumulada	<u>(7.481)</u>	<u>(4.733)</u>
	<u>19.970</u>	<u>22.718</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Votorantin (a)	TJLP + 2,6% a.a.	201	202
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Santander (a)	TJLP + 6% a.a.	888	2.668
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,32% a.a	<u>3.566</u>	<u>183.170</u>
		<u>4.655</u>	<u>186.040</u>
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Votorantin (a)	TJLP + 2,6% a.a.	148	351
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,32% a.a	<u>227.564</u>	<u>884</u>
		<u>227.712</u>	<u>1.235</u>

## Notas Explicativas

A Sociedade capitalizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o percentual médio de 41% dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 6.123, conforme nota explicativa nº. 4.5.

- (a) Refere-se a contratos para a compra de grupos geradores, caixas d' água, sistema de controle de tráfego e quadros de distribuição de força e luz. A garantia desses empréstimos e financiamentos é a alienação fiduciária dos bens e aval através de nota promissória em montante equivalente a 130% do valor principal de cada contrato.
- (b) Refere-se a contrato de abertura de crédito firmado com o BNDES para a execução de serviços iniciais, de recuperação, melhoramentos e infraestrutura para operação da rodovia, elaboração dos projetos e cadastro, e ainda, despesas pré-operacionais, visando à exploração, pela beneficiária, do Lote 07 (BR-376/PR, BR-116/PR e BR-101/SC), referente ao Contrato de Serviço Público, precedido da Execução de Obra Publica, celebrado entre a União, por intermédio da Agencia nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e a Sociedade, em 14.02.2008. Em 14 de março de 2011 houve a renegociação do empréstimo de curto prazo, junto ao BNDES, denominado “empréstimo ponte”, sendo simultaneamente liberado o empréstimo de longo prazo, sendo ambos com a mesma finalidade.

Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos no longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2013	7.831
2014	12.329
2015	13.374
Após 2015	<u>194.178</u>
	<u>227.712</u>

O empréstimo de longo prazo obtido junto ao BNDES é garantido pelo produto da cobrança do pedágio, objeto do contrato de concessão. O empréstimo está formalizado por contrato de financiamento mediante abertura de crédito ambos firmados em 12 de julho de 2011. Através deste contrato, a Sociedade e o Acionista estão sujeitos a certas obrigações conforme abaixo:

### Da Sociedade

No exercício de 2011, a Sociedade assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esse contrato possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.

## Notas Explicativas

- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:
  - 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
  - 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
  - 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
    - 1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade.
    - 2. Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
    - 3. Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

## Notas Explicativas

$$ICSD \left( \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

<u>Geração de Caixa da Atividade</u>	<u>Serviço da Dívida</u>	<u>EBITDA</u>
(+) EBITDA	(+) Amortização de princip	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:
- Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
  - A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
  - A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
  - A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do Contrato de Concessão.
  - O descumprimento da obrigação estabelecida no calculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

### Do acionista

- I - Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária.

## Notas Explicativas

- II - Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- III - Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- IV - Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- V - Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pela concessionária.
- VI - Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionária ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.
  - 1) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas do contrato com o BNDES nas datas das Demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

### 14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de R\$20.818 (R\$9.477 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

**Notas Explicativas****15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Encargos sociais e trabalhistas	386	354
Provisão para férias e 13º	1.024	923
Participação nos lucros e resultados	<u>823</u>	<u>730</u>
	<u><u>2.233</u></u>	<u><u>2.007</u></u>

**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	-	340
Contribuição social	-	124
IRRF	239	205
Programa de Integração Social - PIS	122	82
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	565	378
Tributos federais retidos	786	448
Impostos Sobre Serviços - ISS	<u>1.305</u>	<u>944</u>
	<u><u>3.017</u></u>	<u><u>2.521</u></u>

**17. CAUÇÕES CONTRATUAIS**

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estavam representados respectivamente por R\$5.429 e R\$3.428.

**Notas Explicativas****18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativo circulante:		
Fornecedores partes relacionadas		
<u>Controlador:</u>		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	<u>26</u>	<u>-</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores partes relacionadas		
<u>Controlador:</u>		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (c)	363	1.475
<u>Partes Relacionadas:</u>		
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	769	628
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	4.371	2.193
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b)	408	490
Autopista Planalto Sul S.A. (b)	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>5.911</u>	<u>4.787</u>
Transações com partes relacionadas		
<u>Controlador:</u>		
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>19.275</u>	<u>10.891</u>
Passivo não circulante:		
<u>Controlador:</u>		
Mútuos – Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	<u>67.000</u>	<u>67.000</u>
Resultado	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Controlador:</u>		
Juros de Mútuo - Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (a)	7.742	5.763
<u>Partes Relacionadas - execução de obras:</u>		
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b)	101	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	<u>1.241</u>	<u>1.808</u>
	<u>9.084</u>	<u>7.571</u>

- (a) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. ("OHL") (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

## Notas Explicativas

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
04/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	4.000	5.151	4.650
17/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.438	5.813
29/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.576	2.325
06/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.301	9.300
27/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	6.000	7.726	6.975
05/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	10.000	12.877	11.626
28/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	10.000	12.877	11.626
05/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.438	5.813
19/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	<u>17.000</u>	<u>21.891</u>	<u>19.763</u>
			<u>67.000</u>	<u>86.275</u>	<u>77.891</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2010. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro; os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) As demais operações com a OHL referem-se a valores a pagar relativos a gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da OHL em leilão da concessão e notas de débito de despesas advocatícias e outras similares.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade provisionou os montantes de R\$648 e R\$583, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração da diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados ao final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para PLR registrados em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 são de R\$823 e R\$730, respectivamente. As metas são como segue:

### I. Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados e os demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

## Notas Explicativas

### II. Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas, o tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões.

### 19. PROVISÕES

#### 19.1. Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para contingências. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a movimentação segundo a natureza desses respectivos processos, é como segue:

		<u>Adições (a)</u>	<u>31.12.2010</u>
Cíveis	107		107
	<u>-</u>		<u>-</u>
	<u>107</u>		<u>107</u>
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>31.12.2011</u>
Cíveis	107	98	205
Trabalhistas	<u>-</u>	<u>26</u>	<u>26</u>
	<u>107</u>	<u>124</u>	<u>231</u>

(a) Adições de novos processos.

(b) Baixas em função da alteração do risco de perda ou arquivamento do processo.

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram registradas provisões de riscos cíveis e trabalhistas, considerando a estimativa de perda provável, no valor de R\$48.

#### 19.2. Provisão para manutenção e investimentos em rodovias

As contabilizações para manutenção e para investimentos nas rodovias são calculadas, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo

**Notas Explicativas**

que na provisão de investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na manutenção são considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas notas explicativas nº 3 e nº 4.

A movimentação do saldo das provisões para a manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é conforme segue:

	Circulante		Não Circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldo em 31.12.2009	-	49	2.063	22.306
Adições	-	8	4.983	1.088
Utilizações	-	(29)		-
Transferências	-	206	-	(206)
Saldo em 31.12.2010	<u>-</u>	<u>234</u>	<u>7.046</u>	<u>23.188</u>
Adições	-	56	6.028	923
Utilização	-	(417)	-	-
Transferências	<u>789</u>	<u>24.059</u>	<u>(789)</u>	<u>(24.059)</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>789</u>	<u>23.932</u>	<u>12.285</u>	<u>52</u>

**20. TAXA DE FISCALIZAÇÃO**

Os saldos de R\$646 e R\$610, nas datas de 31 de dezembro de 2011 e de 2010 respectivamente, referem-se às despesas com a taxa de fiscalização a ser recolhida à ANTT, com o objetivo de cobrir a fiscalização da concessão (vide nota explicativa nº 2). O valor é anual, dividido em doze parcelas iguais e mensais, e sua correção será pelo mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

**21. ADIANTAMENTO DE SEGUROS**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade possui um saldo de adiantamentos no montante de R\$ 44.942 e R\$7.886 respectivamente, relativos à indenização do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia.

Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para

## Notas Explicativas

determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1) O capital social em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é de R\$ 97.741 e R\$51.001, respectivamente e está representado, por 94.018.420 e 51.001.000, ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	2011		2010	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	94.018.417	99,99999	51.000.997	99,99999
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>0,00001</u>	<u>3</u>	<u>0,00001</u>
	<u>94.018.420</u>	<u>100,00000</u>	<u>51.001.000</u>	<u>100,00000</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em 15 de janeiro de 2011 a Sociedade realizou o aumento de capital no montante de R\$15.000, em forma de depósito em conta, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 24 de janeiro de 2011.

Em 28 de abril de 2011 a Sociedade realizou aumento de capital no montante de R\$575 decorrentes de integralização de distribuição de dividendos previstos, conforme Ata de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia.

Em 10 de junho de 2011 a Sociedade realizou o aumento de capital no montante de R\$30.000, em forma de depósito em conta, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 10 de junho de 2011.

Em 3 de outubro de 2011 a Sociedade realizou o aumento de capital no montante de R\$1.165, as ações ora emitidas são integralmente subscritas e integralizadas por Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. em conformidade com o boletim de subscrição que consta como Anexo I, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 3 de outubro de 2011, mediante capitalização de crédito conforme último balanço da Companhia.

### 22.2) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

#### Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

**Notas Explicativas**Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A seguir apresentamos a apuração dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2011:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	21.562
Reserva legal - 5%	<u>(1.078)</u>
Base de cálculo	20.484
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u> <u>5.121</u>

## 23. RECEITA

Está representada por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receita de serviços prestados	156.653	130.153
Receita de serviços de construção	168.725	97.510
Receita acessória	<u>2.480</u>	<u>137</u>
	<u>327.858</u>	<u>227.800</u>

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receita Bruta	327.858	227.800
ISSQN	(7.834)	(6.258)
PIS	(1.060)	(853)
COFINS	(4.896)	(3.933)
Outras Deduções	<u>(1.006)</u>	<u>(313)</u>
Receita líquida	<u>313.062</u>	<u>216.443</u>

**Notas Explicativas****24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Custos de construção	(168.725)	(97.510)
Com pessoal	(8.425)	(8.036)
Serviços de terceiros	(27.927)	(24.565)
Depreciações /Amortizações	(11.680)	(10.177)
Provisão para manutenção em rodovia	(6.285)	(4.725)
Conservação	(8.993)	(8.508)
Taxa de fiscalização	(7.689)	(7.299)
Outros custos	<u>(12.260)</u>	<u>(9.826)</u>
	<u>(251.984)</u>	<u>(170.646)</u>
 <u>Despesas gerais e administrativas</u>	 <u>31.12.2011</u>	 <u>31.12.2010</u>
Com pessoal	(4.670)	(4.383)
Serviços de terceiros	(3.640)	(2.335)
Depreciações/Amortizações	(779)	(712)
Alugueis imóveis	(556)	(230)
Consumo	(2.191)	(1.619)
Outras despesas	<u>(1.038)</u>	<u>(750)</u>
	<u>(12.874)</u>	<u>(10.029)</u>

**25. RESULTADO FINANCEIRO**

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, está representado por:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	<u>2.494</u>	<u>1.962</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros - juros e variação monetária	(18.407)	(17.787)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	(742)	(1.373)
Comissões	(988)	(185)
Outras despesas	<u>(92)</u>	<u>(915)</u>
	<u>(20.229)</u>	<u>(20.260)</u>

**Notas Explicativas****26. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	30.105	17.169
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(10.236)	(5.839)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeito da compensação de prejuízo fiscal	1.215	1.580
Efeitos de adições e exclusões	<u>478</u>	<u>(272)</u>
Despesa contabilizado	<u>(8.543)</u>	<u>(4.531)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social compostas por:		
Correntes	(5.810)	(3.616)
Diferidos	<u>(2.733)</u>	<u>(915)</u>
	<u>(8.543)</u>	<u>(4.531)</u>

**27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

**b) Informações suplementares**

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa - Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	14.283	12.447
Capital social integralizado com distribuição dos dividendos resultado 2010 e capitalização de crédito.	1.740	-

## Notas Explicativas

### 28. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro líquido do exercício	21.562	12.638
Número de ações durante o exercício	<u>80.834</u>	<u>51.001</u>
Lucro por ação – básico – R\$	<u>0,2667</u>	<u>0,2478</u>
<u>Diluído</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	21.562	12.638
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>80.834</u>	<u>51.001</u>
Lucro por ação – diluído – R\$	<u>0,2667</u>	<u>0,2478</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e ou outras opções a serem conciliadas.

### 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

#### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

## Notas Explicativas

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas. Adicionalmente, mesmo tendo taxas de juros pós-fixadas, as debêntures foram emitidas ao longo de 2010.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Ativos</u>	<u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>	<u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.084	<u>1.516</u>
Aplicações financeiras	34.222	<u>3.456</u>
Contas a receber de clientes	5.897	<u>5.222</u>
Outras contas a receber	26	42

	<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Passivos</u>	<u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>	<u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>
Fornecedores	20.818	9.477
Empréstimos e financiamentos	232.367	187.275
Credores pela concessão	646	610
Partes relacionadas	5.911	4.787
Outras contas a pagar	202	671

## Notas Explicativas

### Riscos de mercado

#### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

#### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	9,50%	11,88%	14,25%
Juros a incorrer Mútuos (*)	9.063	11.089	13.101
Receita de aplicações financeiras	1.304	1.630	1.956
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	17.815	20.913	23.983

Fonte dos índices: Relatório Focus - Bacen de 31.12.2011.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

#### c) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade da Sociedade não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 4.965 e R\$ 3.504, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo

## Notas Explicativas

sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016 em diante</u>	<u>Total</u>
BNDES - LP	9,25	1.090	148	-	-	-	1.238
Finame	8,32	3.565	7.683	12.329	13.374	194.178	231.129

## 30. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

## 31. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de melhoramento e recuperação da rodovia e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da verba de fiscalização. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos

## Notas Explicativas

inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita	165.000
	Responsabilidade Civil Operações	15.100
	Responsabilidade Civil Obras	10.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	89.461

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

### 32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade está dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

### 33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2012.

---

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



### QUEM SOMOS

A concessão Autopista Litoral Sul foi outorgada em fevereiro de 2008, tendo como objeto a exploração do Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais.

O prazo da concessão é de 25 anos, encerrando-se em fevereiro de 2033. Esta concessão administra 382,3 Km, contendo 5 praças de pedágios bidirecionais, por onde estimamos (dados de proposta) que trafegarão aproximadamente 365.000 veículos-equivalentes por dia.

A concessionária Autopista Litoral Sul, que tem sua sede na cidade de Joinville-SC, engloba 23 municípios em sua malha viária, indo de Curitiba, capital paranaense até Florianópolis/SC. Vivem próximo a essa malha rodoviária, cerca de 3,7 milhões de habitantes.

A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias da OHL Brasil, é a responsável, desde 2008, pelos 382,3 quilômetros do trecho conhecido como Corredor do Mercosul, que compreende o Contorno Leste de Curitiba (BR-116), a BR-376 e a BR-101 e o Contorno de Florianópolis (que ainda será construído), fazendo a ligação da capital paranaense ao município de Palhoça, no estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho por 25 anos foi obtida em leilão realizado em 9 de outubro de 2007, no qual a proposta do grupo OHL Brasil foi a vencedora. O contrato foi assinado em 14 de fevereiro de 2008 e prevê investimentos de R\$ 3,1 bilhões durante sua vigência de 25 anos, incluindo a operação das rodovias.

### O trecho administrado

O trecho da Autopista Litoral Sul liga Curitiba (PR) a Palhoça (SC) pelas BRs 376 e 101, além de incluir o Contorno Leste de Curitiba (BR-116). Todo esse trajeto corta os municípios de Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no estado do Paraná, e Garuva, Joinville, Araquari,

## **Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriu, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu e São José, no estado de Santa Catarina.

O trecho tem 382,3 quilômetros de extensão, sendo todo ele duplicado desde o início da década de 1990. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul.

### **Operação da Rodovia**

Desde 15 de agosto de 2008, os usuários das rodovias que compõem o trecho têm à disposição os serviços de atendimento ao usuário: atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico, resgate de animais na pista, viaturas para combate a incêndio, inspeção de tráfego constante e telefone 0800 para solicitar atendimento e informações: tudo operando 24 horas.

São, ao todo, 13 ambulâncias (nove de suporte básico em operação e quatro de suporte avançado em operação), treze guinchos leves, quatro guinchos pesados, dois caminhões para combate a incêndio, dois carros para apreensão de animais, 18 viaturas para inspeção de tráfego sendo duas motos, duas carretas para produtos perigosos e duas carretas de apoio operacional. Para solicitar atendimento, tirar dúvidas sobre a concessão da rodovia ou fazer reclamações e sugestões para a concessionária, os usuários da Autopista Litoral Sul podem ligar para 0800 725 1771.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### Mapa da Concessão



## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Acionistas da  
Autopista Litoral Sul S.A  
Joinville - SC

### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Autopista Litoral Sul S.A., essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", somente pela opção da manutenção do saldo do ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

### Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação demonstrações financeiras todas em conjunto.

Joinville, 22 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº. 2SP 011.609/0-8

Walter Dalsasso  
Contador  
CRC nº 1 SP 077516/O-9 S/SC

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não foi instalado conselho fiscal.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Joinville, 22 de março de 2012.

### Diretoria

Luis Manuel Eusébio Inigo  
Diretor Presidente

Marcio Augusto Travain  
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy  
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin  
Diretora Jurídica

Paulo Mendes Castro  
Diretor Superintendente

### Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho  
Presidente

Juan Luis Osuna Gomes  
Conselheiro

Felipe Ezquerra Plasencia  
Conselheiro

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Joinville, 22 de março de 2012.

### Diretoria

Luis Manuel Eusébio Inigo  
Diretor Presidente

Marcio Augusto Travain  
Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy  
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin  
Diretora Jurídica

Paulo Mendes Castro  
Diretor Superintendente

### Conselho de Administração

José Carlos Ferreira de Oliveira Filho  
Presidente

Juan Luis Osuna Gomes  
Conselheiro

Felipe Ezquerra Plasencia  
Conselheiro